

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E TELECENTRO: unidos na busca da inclusão social

Rita do Carmo Ferreira Laipelt* (rita@searchconsultoria.com.br)

Patrícia Mallmann Souto Pereira** (patricia@searchconsultoria.com.br)

Tânia Regina dos Santos Lopes** (tania@searchconsultoria.com.br)

Ana Maria Mielniczuk de Moura (ana.moura@ufrgs.br)***

Sônia Elisa Caregnato (caregnat@ufrgs.br)****

RESUMO

Neste trabalho discute-se bibliotecas comunitárias, que, assim como os telecentros, são espaços que propiciam o acesso e uso da informação, a fim de promover a inclusão social. Descreve-se a situação social da Região Nordeste da cidade de Porto Alegre (POA), que apresenta o Telecentro Comunitário Chico Mendes, como uma das poucas alternativas de integração social. Destaca-se como esse contexto social incentivou a implantação de uma biblioteca comunitária, junto ao Telecentro, que desse suporte às atividades do mesmo e suprisse as necessidades de acesso à informação, à leitura e ao lazer da comunidade. Caracteriza-se por ser um plano de ação, planejado a partir da identificação das necessidades da comunidade local, levantadas durante o curso de formação de monitores de telecentros comunitários de POA. Foi executado de forma compartilhada entre o Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Associação Comunitária Natureza Cidadania e Paz (NACIPAZ), alunos, bibliotecários voluntários e representantes da comunidade local. Apresenta como resultados a implantação da Biblioteca Comunitária Chico Mendes, o aumento da demanda por serviços de informação e a integração com os demais serviços da comunidade. Conclui-se que a aproximação entre a Universidade e as comunidades carentes beneficia a todos os envolvidos e que a participação voluntária de alunos e bibliotecários propicia um desenvolvimento profissional mais crítico e completo.

Palavras-chave: Telecentro. Biblioteca Comunitária. Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

Ser cidadão implica um conjunto de direitos e obrigações. Existem três gerações de direitos: os direitos de primeira geração são os direitos civis, que

* Aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Bibliotecárias da empresa Search Consultoria em Biblioteconomia. Voluntárias do projeto.

** Bibliotecárias da empresa Search Consultoria em Biblioteconomia. Voluntárias do projeto.

*** Professora Assistente do Departamento de Ciências da Informação (DCI) da UFRGS e Mestre em Comunicação e Informação.

dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica); os direitos de segunda geração são os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais), que estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado; os direitos de terceira geração são os direitos sociais (direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo). (RAMOS, 2002)

Ramos (2002) salienta que a informação (na forma de liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de reunião), enquanto insumo fundamental para a cidadania, faz parte da primeira geração dos direitos humanos. Porém, segundo Gentilli (2002), trata-se não de um direito-fim, que se realiza em si mesmo, mas de um direito-meio, ou seja, um direito secundário necessário para a realização de outros direitos. Ramos (2002) também faz considerações sobre o direito de comunicação, classificando-o como um direito de quarta geração, o qual, por sua vez, pode ser satisfeito através da produção e comunicação de novas informações pelas pessoas. Em vista disso, acredita-se que bibliotecas e telecentros, por constituírem-se como locais que possibilitam o acesso e uso da informação, podem auxiliar no pleno alcance desses direitos e conseqüente inclusão social daqueles que se encontram à margem na sociedade da informação.

2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

A informação deveria ser um bem público, acessível de forma igualitária a todos os cidadãos. Mas, a realidade é outra: no Brasil, o acesso à informação sempre foi definido pelo poder aquisitivo, o que é facilmente perceptível pelo preço do livro e pela carência de bibliotecas. (SUAIDEN, 2000). Milanesi (2002, p. 105) estabelece um contraponto entre o poder aquisitivo e o acesso à informação:

Se a distribuição de riquezas materiais é injusta, mais ainda é a

**** Professora Adjunta do DCI e do PPGCOM da UFRGS. Doutora em Ciências da Informação.

impossibilidade de acesso à informação – esta que seria o instrumento mais poderoso para superar as condições que tornam os homens desiguais. Excluir a informação das necessidades básicas – vista às vezes como inútil ou perigosa – é cortar pela raiz um direito sem o qual os indivíduos perdem outros. Os bens culturais, progressivamente, tornaram-se menos onerosos, mas não fazem parte da cesta básica de famílias que têm carência alimentar. Antes de morrer de fome, morre-se de ignorância.

A biblioteca pública deveria impelir a democratização do acesso à informação. No entanto, seu alcance junto às comunidades é modesto, seja por falta de recursos pessoais e materiais seja pelo limitado alcance geográfico. Num país com imensa dimensão geográfica e populacional como o Brasil, acumulando graves problemas sociais (desemprego, analfabetismo, violência, habitação precária, etc) torna-se inviável para a maior parte da população pagar pelo acesso à Internet, comprar livros, jornais ou revistas e até mesmo arcar com os custos para locomover-se à biblioteca pública mais próxima.

As comunidades se deparam com a inexistência de serviços públicos de informação, cultura e lazer inseridos em seu meio social. Esse cenário de exclusão social incentiva que a sociedade articule-se e propicie o aparecimento de associações de bairros, telecentros e bibliotecas comunitárias, entre outros.

A biblioteca comunitária, de acordo com Stumpf (1988, p. 21), atua junto a uma população restrita, limitada por uma determinada área geográfica e “[...] estabelece, também, um sentido de maior vínculo entre a biblioteca e seu público, levando a crer que ela é parte integrante da comunidade”. Szafran (2002) evidencia que são criadas e mantidas pela própria comunidade, tendo como beneficiados diretos os integrantes da população local.

Como unidade comunitária, deve tornar-se uma instituição popular, um veículo de informação à sociedade, um meio de transformação social, de direito à cidadania. Para tanto, deve seguir os princípios de prestação de serviços públicos

de informação: a) prestação de serviços de informação neutros, organizados pela sociedade civil e entidades públicas; b) disponibilização de informações públicas indispensáveis ao exercício da cidadania; c) acesso às fontes informacionais e comprovação da confiabilidade das informações (informação verbal)¹. O manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1994), sobre bibliotecas públicas, enfatiza a importância social e democrática das bibliotecas comunitárias. A biblioteca é um agente de promoção e desenvolvimento humano que desempenha um papel ativo no "[...] acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação". A UNESCO indica como fator inibidor das diferenças o fortalecimento da formação dos cidadãos para "[...] a participação construtiva da democracia".

A biblioteca comunitária disponibiliza o acesso livre e gratuito à informação e pode tornar-se uma célula ativa e transformadora no meio em que está inserida:

- a) almejando desafios de transformação social (difundir a informação, democratizar o acesso ao conhecimento, proporcionar a ampliação dos estudos dos membros da comunidade, enriquecer a cultura geral, auxiliar no processo de alfabetização, reduzir o analfabetismo funcional, promover a coesão comunitária, criar uma identidade cultural, possibilitar maior interação social entre seus membros, propiciar a inclusão digital);
- b) oferecendo serviços aos membros da comunidade (oficinas de artes manuais, aulas de música, teatro, hora do conto, cursos de línguas, informática, serviços de governo eletrônico, oficinas educativas sobre

¹ Informação fornecida por Bárbara Lison na Palestra "A biblioteca pública como parceira para

sexualidade, contracepção, prevenção de doenças e de uso de drogas);

- c) firmando parcerias com instituições públicas e privadas (editoras, prefeituras, associações de bairro, empresas do terceiro setor, telecentros);
- d) obtendo doações e incentivos culturais;
- e) incentivando o voluntariado na participação efetiva e constante.

As necessidades informacionais atuais exigem a combinação de serviços físicos e virtuais, o que constitui a biblioteca híbrida. Outra forma de atender a essas necessidades é através da atuação em conjunto de bibliotecas e telecentros.

3 TELECENTROS COMUNITÁRIOS

Os telecentros têm sido centro de grande atenção no discurso do desenvolvimento internacional, porém, conforme a Fundación Chasquinet (2003), não há consensos gerais sobre sua epistemologia, em especial ao observar o conceito telecentros, pois se trata de experiências ainda muito recentes.

Contudo, tem sido aceito entre os autores preocupados com essa temática que os telecentros comunitários constituem-se em espaços comunitários de acesso gratuito às tecnologias de informação e comunicação (TICs), em especial à Internet, onde há uma capacitação no uso e aplicação dessas tecnologias. Também é amplamente aceito o caráter de serem impulsionadores do desenvolvimento social das pessoas e das comunidades onde se inserem.

Urribarrí (2000) salienta que um telecentro não deve estar limitado à capacitação para o acesso, uso e produção de informação e sim à criação de um espaço social e cultural que propicie a compreensão da realidade (econômica, política, sociocultural), na qual se encontra inserida uma comunidade, e a compreensão do fenômeno da comunicação. Delgadillo, Gómez e Stoll (2002)

ênfatizam que o que caracteriza os telecentros comunitários é o fato da capacitação ir muito além do mero manejo das TICs, buscando mostrar aos usuários de que maneira as tecnologias digitais podem solucionar seus problemas e levar ao seu desenvolvimento humano. A Fundación Chasquinet (2003), que impulsiona a comunidade virtual de telecentros da América Latina e do Caribe Somos@Telecentros, dedicada ao estudo do tema e ao intercâmbio de experiências e vivências de telecentros da região, apresenta o seguinte conceito para telecentros comunitários: “Um espaço físico, com recursos técnicos e tecnológicos, que proporciona a indivíduos, comunidades e instituições o acesso público às TICs para o desenvolvimento pessoal, comunitário e social, que incidam na transformação social.”

Martinez (2000 apud FUNDACIÓN CHASQUINET, 2003) afirma que, no caso da Internet, temos pelo menos dois conjuntos de princípios em disputa, um correspondente à visão dominante da Internet e outro correspondente ao que denomina a visão alternativa. A visão dominante considera que o problema a resolver é a brecha digital. Uma visão alternativa considera que o problema é, na realidade, a desigualdade social e econômica que, por sua vez, produz a brecha digital. Partindo da premissa de que a base do problema está na brecha social e não na brecha digital, a principal questão que os telecentros comunitários devem procurar solucionar não é simplesmente o acesso às TICs, e sim a inserção das pessoas na sociedade, de forma a integrarem programas que atuem em diversos aspectos da vida, possibilitando auxílio na resolução de problemas específicos de cada grupo de pessoas. De acordo com Borja (2001), para que isso seja possível se faz necessário que haja uma interação entre o telecentro e a comunidade, na qual sejam levadas em conta as necessidades, expectativas e estratégias de desenvolvimento sustentável dessa comunidade.

A implantação de telecentros comunitários visa não só promover a inclusão digital de comunidades carentes, mas todos os segmentos sociais que, de alguma forma, ficam excluídos do mundo digital, tais como deficientes físicos e mentais, pessoas da terceira idade, minorias étnicas e populações que vivem em áreas rurais distantes dos grandes centros.

O primeiro telecentro foi inaugurado na Suécia em meados da década de 80 do século XX. Apenas na década de 90 se iniciaram as experiências na

América Latina e no Caribe, que foram impulsionadas por organizações da sociedade civil. O crescimento foi rápido, no final de 2002 já se estimavam mais de 6.500 telecentros na região. No Brasil, o primeiro telecentro do país foi inaugurado no ano de 2000, na cidade de São Paulo/SP, através do Projeto Sampa.Org (<<http://www.sampa.org>>), um dos principais projetos brasileiros. Outras iniciativas importantes de telecentros comunitários desenvolvidas no Brasil são as Escolas de Informática e Cidadania (EICs), impulsionadas pela Organização Não Governamental (ONG) Comitê para Democratização da Informática (CDI) da cidade do Rio de Janeiro/RJ (<<http://www.cdi.org.br>>); o projeto Estação Futuro (<<http://www.estacaofuturo.org.br>>), desenvolvido pela ONG Viva Rio na cidade do Rio de Janeiro/RJ; o Digitando o Futuro na cidade de Curitiba/PR, ligado ao projeto Faróis do Saber (<<http://www.celepar.br/curitiba/farol.html>>); e os Telecentros Porto Alegre da cidade de Porto Alegre/RS (<<http://www.telecentros.com.br>>), projeto desenvolvido através de parceria firmada entre o governo municipal e as comunidades interessadas. Nessa parceria o governo ficou responsável pela instalação, manutenção e reparo dos equipamentos, assim como pelo acesso à Internet, pela capacitação de representantes da comunidade para atuarem como monitores/operadores. As comunidades comprometeram-se a disponibilizar o espaço físico, zelar pela conservação dos equipamentos, assegurar a abertura do telecentro para atender a comunidade, indicar os representantes da região para atuarem como monitores e como coordenador administrativo do telecentro. Atualmente, o projeto já implantou 33 telecentros na cidade, sendo o primeiro, o Telecentro Comunitário Chico Mendes, inaugurado em 2001 e gerido pela Associação Natureza Cidadania e Paz (NACIPAZ).

As iniciativas de telecentros ainda são prematuras e, como salienta a Fundación Chasquinet (2003), justamente por isso, não existem sólidos antecedentes de investigações endógenas em torno de sua instrumentação, desenvolvimento e impacto. A Fundación Chasquinet (2003) esclarece que, além do resultado ou impacto dos projetos serem avaliados a posteriori, deveriam sê-lo também em sua etapa de formulação, para verificar se está sendo levada em consideração a viabilidade sociocultural dos projetos. Segundo a Fundación, se o processo de introdução das TICs não gera a consciência crítica dos atores sociais

envolvidos, sua mera utilização não gerará um impacto social positivo

Porém, nos questionamos se os telecentros estão realmente promovendo essas transformações tão almeçadas pelos seus impulsionadores e pelos envolvidos com a temática. Urribarrí (2000) questiona se essas iniciativas satisfazem as aspirações do coletivo ao qual pretendem servir ou se elas têm sido desenhadas, desde o início, sem que exista um diagnóstico participativo que ofereça indicadores mais ou menos claros do problema que se pretende resolver mediante sua implantação.

Para entender o telecentro é necessário conhecer o contexto em que ele se insere, pois, segundo Gómez, Hunt e Lamoureux (1999), as atividades dos telecentros não se dão no vazio. De acordo com García (2001), “a contextualização é básica em todo o processo de estudo, já que sem ela não se pode entender cada campo que conforma a ‘posta em marcha’ e o ‘estar em cena’ dos telecentros”.

Um dos principais problemas dos telecentros é a questão da sustentabilidade, em especial a financeira, pois em longo prazo a maioria dos telecentros não consegue alcançá-la, e isso inclui todos os tipos de telecentros. Segundo Stoll (2003), os telecentros podem conseguir chegar à sustentabilidade se forem levadas em conta a sustentabilidade cultural, política e tecnológica. Segundo o autor, a sustentabilidade social/cultural se refere ao fato do telecentro buscar se inserir no contexto da comunidade onde está, pois se as pessoas o perceberem como importante irão procurar uma forma para mantê-lo; o telecentro deve levar em consideração que é parte do capital social da comunidade e, dessa forma, deve ser bom para ela e para os indivíduos, levando em consideração que homens e mulheres, jovens e adultos, têm diferentes necessidades. A sustentabilidade política diz respeito ao fato de que um arcabouço legal deve dar suporte, promover e proteger o telecentro e as atividades comunitárias nele realizadas. O papel do governo deve ser dinâmico, mas sem impor o telecentro, pois qualquer que seja a boa intenção, deve partir da comunidade, numa dinâmica de baixo para cima. Sustentabilidade tecnológica pressupõe que os telecentros não podem sobreviver com tecnologias defasadas, mas também não precisam de tecnologia de ponta; isso deve ser considerado para que os telecentros atinjam seus objetivos na comunidade. Um dos melhores meios para

atingir isso é a integração em rede de telecentros. Para se atingir a sustentabilidade financeira, a venda de serviços não pode ser a única forma; pode ser uma forma de sustentabilidade quando ela for vista pela comunidade como ferramenta para alcançar seus objetivos gerais.

É necessário, também, considerar a produção de conteúdos no contexto dos telecentros comunitários, pois, segundo a Fundación Chasquinet (2003), essa atividade permite que o impacto na população tenha maior alcance e profundidade, o que nos deixa mais perto da inclusão social que os telecentros buscam atingir. Gómez, Hunt e Lamoureux (1999) afirmam que é longa a história de atividades, teorias e práticas de comunicação alternativa e popular na América Latina e que não há nenhuma razão para pensar que o interesse atual pelos telecentros tenha que se dissociar dessa longa tradição, especialmente se é para aprender com seus erros e aproveitar seus acertos. Essas experiências podem auxiliar na produção de conteúdos digitais, com vistas à comunicação intra e entre comunidades. Acreditamos que as bibliotecas também podem servir como impulsionadoras dessa atividade nos telecentros, tendo em vista que o contato com a leitura pode amenizar e combater carências como o analfabetismo funcional, realidade tão presente nos países em desenvolvimento.

A comunidade, atendida por um dos telecentros comunitários da cidade de Porto Alegre/RS, sentiu a necessidade de ter uma biblioteca funcionando lado a lado com o telecentro, e é o projeto de construção dessa biblioteca o objeto deste trabalho.

4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA CHICO MENDES

O projeto Biblioteca Comunitária junto ao Telecentro Chico Mendes originou-se a partir do I Curso para Formação de Monitores dos Telecentros Comunitários de Porto Alegre, realizado pelo Echos, Núcleo de Educação a Distância do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2002. Na época, os responsáveis pelos Telecentros Comunitários de Porto Alegre (Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto

Alegre – PROCEMPA), preocupados com a qualificação das pessoas que atuavam nos telecentros como monitores, resolveram criar um curso de capacitação. Assim, o Departamento de Ciências da Informação da UFRGS, representado pelo Echos, foi convidado a participar desse programa de qualificação, devido à sua experiência na formação e aplicação das TICs no ensino, pesquisa e extensão, tanto presenciais como a distância. Grande parte do programa de qualificação foi planejado e executado pelo Echos, ficando os módulos suplementares a cargo da Secretaria de Educação do Município e da PROCEMPA.

Os monitores faziam parte das comunidades no entorno do telecentro e a maioria participava ativamente na comunidade, executando um papel representativo junto às lideranças comunitárias de sua região, fator esse que legitimava a participação dessas pessoas no curso de capacitação. A parte do curso executada pelo Echos teve por objetivo capacitar os recursos humanos ligados ao Projeto Telecentros Comunitários de Porto Alegre no planejamento e execução de suas atividades, assim como na aplicação das TICs, na utilização de métodos, ferramentas e fontes de informação que favorecessem a sua articulação na comunidade e em rede. Para isso, foram utilizados métodos que partiam de uma abordagem pedagógica baseada na colaboração dos sujeitos e na construção do conhecimento, de modo que estimulasse a participação ativa dos monitores em sala de aula e que eles relacionassem os assuntos discutidos com a realidade local de suas comunidades, no intuito de aperfeiçoar os serviços existentes, criar outros ou mesmo resolver problemas.

Foram desenvolvidas atividades que facilitassem esse processo, tais como elaboração individual e coletiva de projetos, construção colaborativa de textos, entre outros. Uma das atividades propostas aos integrantes do grupo foi que eles coletassem dados sobre as necessidades locais de sua comunidade a fim de identificar demandas por serviços de informação. Com os resultados obtidos, sugeriu-se que eles elaborassem um projeto que viesse ao encontro das necessidades da comunidade, no que tange à utilização das TICs, e que o telecentro pudesse aplicá-lo. Com base nas necessidades e desejos identificados junto à comunidade do entorno do Telecentro Chico Mendes, um dos grupos desenvolveu um projeto para a criação de uma biblioteca comunitária. Esse foi o

ponto de partida para que, depois de concluído o curso de capacitação de monitores, um pequeno grupo de alunas e professoras do curso de Biblioteconomia da UFRGS partisse para o planejamento e concretização da idéia.

Em um primeiro momento, foi feito um pré-diagnóstico das expectativas de alguns líderes comunitários em relação à implantação de uma Biblioteca Comunitária junto ao Telecentro Chico Mendes. Concomitantemente, foram avaliadas as condições físicas do local, constatando-se a viabilidade do projeto.

Para conhecer melhor a realidade local, a fim de detectar suas reais necessidades e expectativas de informação, as estudantes de Biblioteconomia participaram de diversos eventos da comunidade, como reuniões do orçamento participativo da região e festas comemorativas. Em tais eventos as estudantes tiveram a oportunidade de conversar com líderes comunitários e jovens integrantes da comunidade. Evidenciou-se a ausência de espaços de atividades culturais e de lazer, a dificuldade do acesso à informação e as condições deficitárias de infra-estrutura e de fonte de renda na comunidade da Região Nordeste de Porto Alegre, que dispunha do Telecentro Comunitário Chico Mendes como uma das poucas alternativas de integração social. Essas questões levaram-nos a crer que a implantação de uma biblioteca comunitária que atuasse junto ao Telecentro poderia minimizar o impacto negativo desses fatores na comunidade. Assim surgiu o projeto de extensão universitária Biblioteca Comunitária junto ao Telecentro Chico Mendes, que tornou realidade a Biblioteca Comunitária Chico Mendes.

A responsabilidade pela execução do projeto foi compartilhada por alunas do Curso de Biblioteconomia da UFRGS, hoje atuando como bibliotecárias voluntárias, sob a orientação de professoras do Echos, Núcleo de Educação a Distância do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e pelos representantes da NACIPAZ.

Tendo em vista que, para a realização do projeto, não havia recursos financeiros disponíveis, os envolvidos tiveram que buscar alternativas para sua viabilização. Em função desse fator limitante, a biblioteca foi completamente constituída com materiais doados pela comunidade de um modo geral. Para conseguir as doações as estudantes de Biblioteconomia, na época, elaboraram

pedidos de doação de livros, material de consumo, mobiliário e computadores, os quais foram encaminhados para o Conselho Regional de Biblioteconomia da Décima Região (CRB 10), que os veiculou em seu informativo eletrônico. Os pedidos de livros também foram encaminhados para diversas editoras, contudo a maior parte das doações foi proveniente de outras bibliotecas. A dificuldade para conseguir estantes para organização do acervo foi um dos fatores que mais atrasaram o processo de implantação da biblioteca. Contudo, a partir dessa aquisição, conseguida através de doação de uma empresa do ramo mobiliário para bibliotecas, foi possível partir para a segunda fase do projeto.

A segunda parte do projeto consistiu em elaborar uma política para a seleção do material doado, incorporando-se ao acervo materiais de temáticas variadas para atender aos interesses da comunidade, desde o usuário mais jovem ao mais idoso. Porém, como entre o público a ser atendido, havia uma grande parcela de pessoas em fase de alfabetização, tomou-se o cuidado de só incorporar ao acervo livros posteriores à reforma ortográfica da língua portuguesa. Os materiais que não foram incluídos no acervo, e que não estavam em condições de serem repassados a outras bibliotecas por estarem danificados, foram vendidos como papel para gerar recursos para a biblioteca.

Como a manutenção da biblioteca dependia da participação de pessoas da comunidade trabalhando nela, toda sua estrutura foi pensada para funcionar de forma que simplificasse ao máximo todos os processos, desde a organização do acervo até o empréstimo. Dessa forma, a partir da seleção do material, foi feita uma adaptação da Classificação Decimal Universal (CDU), utilizando-se apenas suas classes mais gerais para facilitar o uso da biblioteca, tanto por seus usuários como pelas pessoas da comunidade que fossem trabalhar nela. Com esse intuito, para a automação do acervo, buscou-se um software que além de livre, apresentasse uma interface agradável, de fácil utilização e que gerenciasse o empréstimo de recursos bibliográficos. Assim, entre os softwares livres encontrados, optou-se pelo Mini Biblio, por ser o que melhor atendia às necessidades da biblioteca e de seu público.

A Biblioteca Comunitária Chico Mendes localiza-se no Parque Chico Mendes, na Região Nordeste de POA, onde também funciona o espaço comunitário NACIPAZ e o Telecentro. A biblioteca foi implantada com o objetivo

de colaborar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade, através da disponibilização de materiais que suprissem as necessidades informacionais e de lazer da comunidade, no que diz respeito à geração de renda, didáticas e de caráter social. Constituindo-se um espaço dinâmico que propiciasse o acesso à leitura e ao lazer, e que fosse capaz de dar suporte às atividades do Telecentro e da Associação NACIPAZ. A realização desse projeto também teve por objetivo disponibilizar um espaço para os estudantes de Biblioteconomia poderem vivenciar na prática todas as etapas do processo de planejamento e implantação de uma Biblioteca Comunitária, além de propiciar um intercâmbio cultural entre os acadêmicos e a comunidade.

A biblioteca foi inaugurada no dia 18 de dezembro de 2004 e, desde então, tem funcionado com a participação ativa da comunidade. Constatamos o sucesso de sua implantação ao ver que está atendendo as demandas da comunidade, através da integração com as demais atividades desenvolvidas pela NACIPAZ. Um exemplo claro disso é o uso da biblioteca pelo professor e alunos do supletivo que funciona na Associação. Outro fator de destaque é a apropriação do espaço da biblioteca pelas pessoas da comunidade, percebida através da freqüente busca por seus serviços. Observa-se que o espaço da biblioteca passou a fazer parte da rotina das pessoas da comunidade, motivo de grande satisfação para a equipe que trabalhou na sua implantação e trabalha para sua manutenção e fortalecimento como espaço de integração social.

5 CONCLUSÃO

Conforme mencionamos anteriormente, a Biblioteca Comunitária Chico Mendes, foi pensada tanto para ampliar o acesso à informação das pessoas da comunidade atendida pelo Telecentro Chico Mendes e incentivar a leitura, como para servir de espaço de aprendizagem intensiva para os alunos de Biblioteconomia. Essa aproximação entre universidade e sociedade parece ser uma boa alternativa para melhorar a qualidade de vida de comunidades carentes, e ao mesmo tempo propiciar um desenvolvimento profissional mais crítico e completo aos estudantes, a partir de práticas que considerem uma realidade

social diferente da realidade acadêmica.

A troca de idéias entre a comunidade acadêmica e a sociedade propicia uma ampliação da percepção da realidade através da prática. Nesse contexto, é possível vivenciar situações em que as circunstâncias de trabalho estão longe de ser as ideais, mas que, justamente por isso, forçam os envolvidos a buscar alternativas para a solução de problemas e adequação entre os conceitos aprendidos e apreendidos na universidade e a realidade encontrada.

Contudo, esses aspectos nem sempre são percebidos pelos estudantes. São poucos os que vêem as atividades de extensão e até mesmo o voluntariado como uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos. Muitos pensam que apenas em instituições formais, em condições ideais, podem conseguir isso.

A universidade, caracterizada como um espaço de incentivo ao pensamento crítico e de desenvolvimento pessoal, profissional, cultural das pessoas e da sociedade tem levantado cada vez mais reflexões relativas à cidadania. E pode-se dizer que uma das formas de exercício da cidadania é, sem dúvida, facilitar o acesso à informação e conseqüente construção do conhecimento a comunidades carentes.

COMMUNITY LIBRARIES AND TELECENTERS: together towards social inclusion.

ABSTRACT

The paper discusses community libraries which, as telecentres, are public spaces that provide information access and use as means for social inclusion. It describes the social reality of the Northeast Region of Porto Alegre City, where the Telecentre Chico Mendes stands as one of the few alternatives for social inclusion. It emphasises the way this social context fostered the creation of a community library alongside the telecentre which supported its activities and provided the community with access to information, reading and leisure. The work is characterised as an action plan which started from the identification of local community information needs during a course offered to Community Telecentres apprentice. The action was carried out through shared responsibility between the Information Science Department from the Federal University of Rio Grande do Sul, the Nature, Citizenship and Peace Community Association, students, volunteer librarians and local community leaders. As results, it shows the launching of the Chico Mendes Community Library and its integration to other services offered to the local community. It concludes that the convergence between University and deprived communities brings benefits to all involved and that the voluntary participation of students and librarians offer them a critical and meaningful professional development.

Keywords: Telecentre. Community Library. Social Inclusion.

REFERÊNCIAS

BORJA, Raul. El Metodo de Monitoreo, Evaluación y Análisis de Impacto de los Telecentros. 2001. In: FUNDACIÓN CHASQUINET. Somos@Telecentros. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org/CR/crevalua.php3>>. Acesso em: 10 set. 2003.

DELGADILLO, Karin; GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus. Telecentros para qué: lecciones sobre telecentros comunitarios en América Latina y el Caribe. Canadá: IDRC - CIID, 2002. 32 p. In: FUNDACIÓN CHASQUINET. Somos@Telecentros. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org/tcparaque>>. Acesso em: 10 set. 2003.

FUNDACIÓN CHASQUINET. **Estado del Arte de los Telecentros de América Latina y el Caribe**. Quito, 2002. In: FUNDACIÓN CHASQUINET. Somos@Telecentros. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org/estarte/index.html>>. Acesso em: 26 nov. 2003.

GARCÍA, Ilian Blanco. **Experiencias de Trabajo con Encuentros Virtuales para Recabar Historias y Experiencias de los Telecentros de Latino América y el Caribe**. México: [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.tele-centros.org>>. Acesso em: 2003.

GENTILLI, Victor. O Conceito de Cidadania, Origens Históricas e Bases Conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, n. 19, dez. 2002. p. 41-55.

GÓMEZ, Ricardo; HUNT, Patrik; LAMOUREUX, Emmanuelle. Telecentros en la Mira: ¿cómo pueden contribuir al desarrollo social? **Revista Latinoamericana de Comunicación CHASQUI**, S.l., 1999. Disponível em: <http://www.tele-centros.org/CR/cr_doccont.php3?id=1>. Acesso em: 23 mar. 2005.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê, 2002.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas. In: PERUZZO, Cíclia.; BRITTES, Juçara. (Org.). **Sociedade da Informação e Novas Mídias: participação ou exclusão?** São Paulo: INTERCOM, 2002.

STOLL, Klaus. **Telecentres sustainability: what does it mean?** 2003. Disponível em: <<ftp://chasquinet.org/pub/docs/politicas/sostenibilidad.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Estudo de Comunidades Visando a Criação de Bibliotecas. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 3, p. 17-24, 1988.

SUAIDEN, Emir José. A Biblioteca Pública no Contexto da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

SZAFRAN, P. Perfil del Intermédio de Información em Bibliotecas para el Gran Público: el caso de las bibliotecas populares em Montevideo. Tradinco: Agrupación Cultural La Brújula. 2002.

UNESCO. **Manifesto da Ifla/Unesco sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

URRIBARRÍ, Raisa. **Telecentros em Venezuela: ¿una estrategia para la transformación social?** 2000. Disponível em: <http://www.tele-centros.org/CR/cr_doccont.php3?id=28>. Acesso em: 20 mar. 2005.